

NOTA TÉCNICA

Transição Agroecológica e Políticas Públicas Climáticas: Caminhos para a Resiliência no Semiárido Brasileiro diante dos Extremos de Seca (2024–2025)

Por Francis Lacerda

15/Agosto/2025

Entre os anos de 2024 e 2025, o Brasil vivenciou eventos climáticos extremos, com destaque para os períodos de seca prolongadas e ondas de calor recorrentes. Regiões como Bahia, Sergipe, Alagoas, norte de Minas Gerais e partes do Rio Grande do Sul registraram até 180 dias consecutivos sem chuva, mesmo durante a estação considerada chuvosa. Ainda que as precipitações entre novembro de 2024 e março de 2025 tenham amenizado parcialmente os efeitos da seca em alguns estados, centenas de municípios permaneceram em situação de seca severa ou extrema, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (ANA, 2025). No semiárido nordestino, a escassez hídrica foi agravada pela ocorrência de altas temperaturas do ar, que bateram recordes históricos o que contribuiu para a redução dos níveis dos reservatórios da região (INMET, 2025).

Nesse contexto, torna-se evidente a limitação das políticas públicas tradicionais, que se concentram em ações emergenciais tais como perfuração de poços, construção de cisternas, obras de transposição de rios e programas de transferência de renda. Embora que algumas, dessas políticas, sejam importantes para o enfrentamento imediato das crises hídricas, elas não são suficientes para lidar com a complexidade dos eventos extremos associados às mudanças climáticas (SILVA et al., 2020). Isso reforça a necessidade de avançar em políticas estruturantes para a construção da adaptação climática e socioeconômica no Semiárido.

A transição agroecológica é uma estratégia central e urgente para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. A agroecologia, ao promover práticas agrícolas sustentáveis, diversificação produtiva, uso racional da água, conservação dos solos e valorização dos saberes tradicionais, oferece um caminho para tornar os sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e mais adaptados às condições locais (ALTIERI, 2009; CAPORAL; COSTABEBER, 2020). Além disso, contribui para a segurança alimentar e hídrica das famílias agricultoras, fortalece a autonomia dos territórios e promove a conservação ambiental, ajudando a mitigar os efeitos das mudanças climáticas por meio da redução das emissões e do aumento da capacidade de sequestro de carbono (GLIESCHER; ABREU, 2019).

A integração da agroecologia às políticas públicas de clima no semiárido deve ser compreendida como parte de uma estratégia de desenvolvimento de longo

prazo. Iniciativas já existentes, como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (MMA, 2016), o Programa Cisternas, o Programa Um Milhão de Cisternas (ASA, 2022) e as ações de convivência com o Semiárido, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e apoiadas por estados e governo federal, deveriam ser ampliadas, e articuladas como políticas de Estado. Isso envolve investimentos em pesquisa, assistência técnica e extensão rural agroecológica, educação contextualizada e fortalecimento das redes locais de produção e comercialização (SOUZA; MENEZES, 2021).

Em síntese, a intensificação das secas no Brasil, especialmente no semiárido nordestino, exige a superação das abordagens emergenciais e reativas, e a adoção de estratégias que fortaleçam a resiliência climática dos territórios. A transição agroecológica, nesse sentido, representa uma alternativa viável e estratégica para garantir justiça social e a sustentabilidade ambiental. Integrar a agroecologia às políticas públicas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas é, portanto, uma condição essencial para enfrentar os desafios presentes e futuros impostos pelas alterações climáticas no semiárido brasileiro.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2025**. Brasília: ANA, 2025.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas: relatório de resultados**. Recife: ASA, 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e políticas públicas: desafios e perspectivas para a sustentabilidade**. Brasília: Embrapa, 2020.

GLIESCHER, A. B.; ABREU, L. S. **Agroecologia e mudança climática: caminhos de resistência e adaptação**. Revista Agroecologia Hoje, v. 5, n. 2, p. 15–29, 2019.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Boletim Climatológico Anual – 2024/2025**. Brasília: INMET, 2025.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)**. Brasília: MMA, 2016.

SILVA, J. D. et al. **Seca, políticas públicas e desenvolvimento sustentável no semiárido**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 15, n. 27, p. 45–66, 2020.

SOUZA, D. A.; MENEZES, C. R. **Agroecologia e resiliência climática: experiências no Nordeste brasileiro**. In: Anais do Seminário Nacional de Agroecologia. Salvador: UFBA, 2021.